



COLEÇÃO

DESCONSTRUINDO PARADIGMAS
NOVOS OLHARES SOBRE VELHOS PROBLEMAS

MARIA CLARA DIAS (org.)



Realização

NIS - Núcleo de Inclusão Social

Projeto

Nós na Praça

Coordenação

Maria Clara Dias

Equipe técnica

Alexandre Costa

Carlos Henrique Veloso

Claudia Borges Paraizo

Fabio Oliveira

Gabriela Bertti da Rocha Pinto

Iacinete Pamplona da Cruz

Luciana Simas

Lumaira Silva

Maria Clara Dias

Maria Gilda Alves de Oliveira

Sabine de Almeida Azevedo

Suane Felipe Soares

Revisão

Arthur Navarro

Diagramação e programação visual

Carlos Henrique Veloso

Capa

Carlos Henrique Veloso e Maria Clara Dias

Produção editorial

Editora Pirlampo

Desconstruindo paradigmas

Há mais de 25 séculos o mundo ocidental vem produzindo regras de organização da sociedade política baseado no paradigma do ser humano como racional e livre. Este modelo sempre foi claramente excludente, pois, sistematicamente, deixou de fora do núcleo da agenda política não apenas todos os seres não-humanos, como também os seres que intuitivamente designamos humanos, mas que não obedecem aos padrões consagrados de racionalidade e não podem, por razões as mais diversas, exercer sua liberdade.

O estigma da irracionalidade fez, por exemplo, com que vários grupos étnicos da nossa sociedade tivessem, durante algum tempo, seus direitos e interesses mais básicos negados. Por não serem considerados plenamente livres ou autônomos, crianças e adolescentes, têm tido seus direitos definidos e gerenciados por terceiros, o que acarreta, em muitos contextos, uma total negligência a seus interesses mais básicos e uma recusa de escuta por parte dos adultos. No cenário de debate público os principais atores têm sido sempre os detentores das regras do discurso oficial: indivíduos escolarizados, com poder econômico, brancos e, principalmente, do sexo masculino.

O debate oficial minimiza, quando não exclui totalmente ou deprecia, formas de expressão ditas não tão racionais como panelaço, *pixações*, intervenções artísticas, performances de rua, passeatas etc. Minimiza o efeito de uma fala espontânea e eloquente quando ela tem como base a vivência e não o saber acadêmico de seu porta voz. Como podemos construir uma sociedade, na qual todas as formas de ser e de se expressar sejam respeitadas, diante de tantas exclusões? Precisamos pensar um novo modelo que dê conta das demandas reais de todos os indivíduos.

O objetivo central desta coleção de cartilhas é ajudar a refletir sobre a sociedade, mediante a adoção de um novo paradigma,

inerente a uma perspectiva moral e política mais inclusiva. Uma concepção de justiça social e direitos básicos orientada para os funcionamentos básicos de cada indivíduo, entendido como um complexo de sistemas funcionais diversos. Buscamos uma nova ordenação das prioridades que não estabeleça hierarquias prévias, baseadas em atributos naturais, sociais ou econômicos injustificáveis sob o ponto de vista moral.

As prioridades que propomos são aquelas que correspondem aos elementos centrais para que cada indivíduo tenha a chance de viver uma vida plena ou realizada, seja ele racional e livre, humano ou não.

Para realizar esta tarefa as cartilhas estão divididas em três partes. A primeira, composta por cinco cartilhas, aponta para questões mais gerais, como a própria definição de direitos básicos e para as formas institucionais ou não de buscar a implementação dos mesmos e sua extensão aos diversos segmentos da sociedade. Algumas cartilhas apontam para uma reflexão mais crítica, enquanto outras, possuem um caráter mais informativo, servindo de guia, para que o leitor possa conhecer os serviços disponíveis e, desta forma, acessar seus direitos.

A segunda parte é composta por seis cartilhas, que destacam a especificidade de algumas demandas que devemos incluir na agenda política atual. Seus representantes guardam entre si a característica de terem sido sistematicamente desfavorecidos ou mesmo excluídos do debate público e de terem tido suas demandas determinadas externamente, sem o cuidado de escuta necessário à sua efetiva realização.

Por fim, fechando a coleção, apresentamos, à parte, uma cartilha que reúne informações sobre como vem sendo realizado o controle da pesquisa com seres humanos e animais não-humanos no Brasil.



O que é ser mulher?

GABRIELA BERTI
LUCIANA SIMAS
LUMAIRA NASCIMENTO
SABINE ALMEIDA
SUANE FELIPE SOARES

O que é ser mulher?

Você já parou para pensar sobre o que é “ser mulher” e o que isso significa hoje em dia?

Responder a esta pergunta ainda é muito difícil. Talvez seja mais simples responder quais são os problemas que somente as mulheres são obrigadas a enfrentar.

Sim, pois são várias as necessidades específicas da mulher, que a tornam diferente do homem. Desde questões ligadas ao funcionamento do próprio corpo, quanto demandas sociais distintas. Porém, mesmo assim, homens e mulheres estão sujeitos a regras de **igualdade de tratamento perante a lei, para que não haja discriminação negativa.**

Ou seja, a diversidade deve ser respeitada, sem preconceitos em função do gênero em todos os espaços sociais, quer seja no trabalho, nos serviços públicos e privados, na família etc.

Assim, esta cartilha tem como propósito falar um pouco sobre estes problemas. Contudo, falaremos da mulher em um sentido amplo no intuito de abordar diferentes aspectos que se aplicam a todas.

Misoginia, o que é?

Chamamos de **misoginia** ações, comportamentos e preconceitos que propaguem ódio, menosprezo e aversão por mulheres.

Sofrem misoginia todas as mulheres. Nesse conjunto devemos incluir, por exemplo, as mulheres lésbicas, as transexuais, as crianças do sexo feminino, as mulheres indígenas, as mulheres negras, as mulheres imigrantes, as mulheres pobres etc.

E o machismo?

O machismo é uma forma de opressão e exploração, que entende o sexo feminino como inferior e submisso. É a ideia de que características consideradas masculinas seriam superiores às consideradas femininas.

A partir desse conceito surgem grandes problemas que afetam as mulheres, como: a violência física, o assédio moral, difamações, imposição de padrões comportamentais, desigualdades salariais e empregatícias, entre outros.

É neste contexto que os movimentos feministas atuam. São questões importantes para as feministas discutir e confrontar as bases machistas da nossa sociedade.



Violência contra as mulheres

Vamos entender:

Qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado, é considerada uma

violência.

Algumas classificações de violência contra as mulheres:

✓ **Violência doméstica** - definida como ação violenta onde o agressor conviva ou tenha convivido com a mulher, englobando a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

✓ **Violência física** - é definida como qualquer conduta que lesione sua integridade corporal.

✓ **Violência psicológica** - refere-se a qualquer conduta com diminuição da autoestima, como por exemplo, ameaças, humilhações e manipulações.

✓**Violência sexual** - é entendida como qualquer conduta que constranja a vítima em presenciar, manter ou participar de qualquer tipo de relação sexual não desejada.

- Você sabia que na maioria dos casos de estupro a vítima conhece o estuprador? Muitas vezes é o próprio parceiro íntimo!
- Nenhuma mulher tem a obrigação legal ou moral de praticar sexo com nenhum homem, mesmo que esse homem seja seu marido.

✓**Violência patrimonial** - se configura como qualquer conduta de retenção, destruição ou danificação de objetos e bens pessoais da mulher.

- Não pagar pensão alimentícia é uma forma de violência patrimonial e isso é crime!

✓**Violência moral** - é compreendida como qualquer calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.



Xingamentos, ameaças e humilhações em público devem ser denunciados

Os números sobre a violência contra as mulheres...

Ainda são chocantes....

- 42,3% dos casos de violência contra mulheres são praticados **DIARIAMENTE**;
- No Brasil, 84,29% das vítimas têm menos de 8 anos de estudo;
- Estima-se em **15,52 mortes de mulheres por dia vítimas de violência doméstica no Brasil.**

Como formas de combate à violência contra mulheres, encontram-se as ações punitivas com o cumprimento da **Lei Maria da Penha**, criada em 2006. Ações educacionais que visam combater o machismo também são parte de projetos de governo.



Violência doméstica representada por um jogo eletrônico, onde o homem ganha a luta com um golpe fatal.
Desenho feito por um adolescente do Rio de Janeiro.

Porém, a violência contra mulher continua...

Você sabe o que é LESBOFOBIA?

Lesbofobia é a discriminação e a violência contra pessoas que se identificam como lésbicas, isto é, mulheres que se relacionam afetivo e sexualmente com outras mulheres.

- ✓ No Brasil, há ocorrência de **1 assassinato homofóbico a cada 28 horas.**
- ✓ **37,59% das vítimas de violência homofóbica no Brasil foram identificadas como lésbicas.**

Como se manifesta a lesbofobia?

- As denúncias mais comuns dessa forma de violência são de ordem: psicológica, discriminatória e física.
- O “estupro corretivo” é praticado por homens que acreditam ser necessário “introduzir” as lésbicas às relações heterossexuais, para que elas mudem suas práticas sexuais.

Direitos sexuais e reprodutivos

É o direito de alcançar o nível mais elevado de saúde sexual e reprodutiva - **dispor de informações e meios para isso, sem sofrer discriminação, coação ou violência** e de decidir livre e responsabilmente sobre ter ou não filhos.

O direito ao próprio corpo tem diversas implicações. Uma delas é a possibilidade de decidir se deseja ou não prosseguir uma gestação, separando sexualidade de reprodução.



Falando nisto...

O **aborto** é permitido pela lei brasileira apenas em casos de risco de morte para a gestante e de gravidez decorrente de estupro. O Supremo Tribunal Federal, em 2012, se posicionou favorável também nos casos de gestação de anencéfalos.

Contudo, a prática do aborto clandestino é a **5ª maior causa de internação hospitalar** de mulheres no SUS. A precariedade dos procedimentos clandestinos acarreta mortes e sequelas graves à saúde da mulher.

Você sabia?

- **1 em cada 7** brasileiras já realizou ao menos um aborto na vida?
- Dentre o total de mulheres que declararam terem feito aborto, **64%** são casadas e **81%** já são mães?

Instituir o aborto como parte dos programas de saúde pública significa incluí-lo em políticas de educação sexual e saúde da mulher.

Mulheres no trabalho

Você sabia que as mulheres são minoria (45,4%) na população que possui uma ocupação formal?

Além da dificuldade em conseguir as vagas, as mulheres recebem um salário 70% menor do que dos homens com empregos em funções iguais aos deles. Isso acontece, sobretudo, quando são negras. Segundo dados do IBGE, as mulheres negras pertencem ao segmento de menor remuneração da sociedade.

E as múltiplas jornadas? Além do trabalho remunerado, quando chegam em casa ainda são responsáveis pelos serviços domésticos, estudos etc.

E ainda...

As mulheres sofrem, diariamente, **assédio** em seus ambientes de trabalho.

**Assédio moral e sexual são crimes e
devem ser denunciados.**

Mulheres na Escola e na Universidade

Desde que conquistaram o direito ao estudo público e privado, as mulheres estão cada vez mais presentes nesses meios, mas os números ainda assustam: atualmente 50% do total de brasileiras não possuem instrução e nem ensino fundamental completo. Apenas 25% das mulheres conseguem completar o ensino médio e só 12,2% possuem formação universitária.

Mesmo dentro de um local de ensino as mulheres sofrem com o machismo. Ele pode partir desde colegas de classe até os professores e diretores da escola, faculdade etc.

É necessário inserir o debate na escola sobre igualdade entre os gêneros nas diversas esferas sociais e na própria relação entre eles.

Sendo assim, diante do que foi apresentado nesta cartilha, reforça-se a importância de **CONTINUAR A LUTA POR IGUALDADE** de gênero e por políticas que tenham olhar mais amplo, determinando a conscientização das próprias mulheres, dos homens e da sociedade como um todo, além do investimento no combate ao machismo onde quer que ele se manifeste.

Telefones úteis:

Disque 180 - Central de atendimento à mulher: 24 horas e gratuito.

Disque Cidadania LGBT - 0800 023 4567

Disque Direitos Humanos - Disque 100, para denunciar violações de Direitos Humanos LGBT.

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)
Centro - Rio de Janeiro: (21) 2332-9994

Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM: Presta atendimento psicossocial e jurídico às mulheres vítimas de violência. Tel.: (21) 283-363

Defensoria Pública do Estado do RJ NUDEM - Núcleo Especializado no Atendimento à Mulher Vítima de Violência - Rua México, 168 - 3º andar, Centro, RJ. Tel.: (21) 2332-6371; 2240-3377, ramais 132 ou 134

Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Rua da Carioca, 72 - Centro - Rio de Janeiro/RJ Tel.: (21) 2232-9939

CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
Rua Camerino, nº 51, Centro, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 2334-9508

ONGs de apoio às mulheres:

- Movimento D'ELLAS - Tels: 99854-8764, 3077-9119 e 3813-1960. E-mail: movimentodellas@gmail.com
- Grupo Mulheres Felipa de Souza - Tels: 99342-3004 e 2210-2870. E-mail: felipadesouza@yahoo.com.br
- Criola - Orientação e apoio às mulheres vítimas de violência racista, sexista e homofóbica. Rio de Janeiro/RJ - (21) 518-6194 / 2518-7964 - email: criola@alternex.com.br
- Instituto Promundo - Programa M (trabalho de empoderamento de mulheres jovens de comunidades de baixa renda). Rio de Janeiro/RJ - (21) 2544-3114 Email: v.barbosa@promundo.org.br / promundo@promundo.org.br - site: <http://www.promundo.org.br>
- Ipas Brasil - Medidas e intervenções recomendadas para tratar do problema da violência contra a mulher (2001); Violência, gravidez indesejada e aborto Rio de Janeiro/RJ. (21) 2532-1939 / 2532-1930 / 2210-1870 Email: ladesse@ipas.org.br - site: <http://www.ipas.org.br/violencia.html>

Sobre o NIS

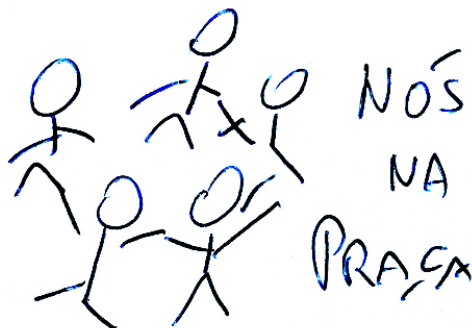
Quem somos?

O NIS (Núcleo de Inclusão Social) é um projeto criado em 2009, vinculado à UFRJ - atualmente apoiado pelo Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da UFRJ-UFF-UERJ-Fiocruz. Trabalha integrando pesquisa e extensão, com o objetivo de promover a criação de mecanismos de democratização do conhecimento e da cidadania, ampliando a reflexão sobre situações de vulnerabilidade, discriminação e exclusão social.

Participam de suas atividades alunos de graduação, mestrado e doutorado de diversas áreas e professores de áreas e instituições distintas. Entre suas principais realizações estão

1. Discussões dirigidas de livros e artigos;
2. Oferecimento de cursos de graduação, mestrado e doutorado sobre os temas da justiça, democracia participativa, direitos humanos, diversidade cultural e demais temas correlacionados à questão geral da inclusão social;
3. Oferecimento de minicursos (cursos intensivos de curta duração) que visam à capacitação de multiplicadores de saber;
4. Exibição e discussão de filmes;
5. Mostra de fotografias;
6. Elaboração de material didático tais como cartilhas e vídeos;
7. Realização de eventos educativos em escolas, praças e demais espaços públicos.

Nós na Praça, o projeto



O projeto *Nós na Praça* foi criado pelo NIS, em 2012, visando especificamente à produção de material didático e a divulgação do mesmo em escolas, praças e outros espaços públicos.

Sítio eletrônico do projeto:

<http://nucleodeinclusaosocial.com>